

KLEDSON DIONYSIO  
**DE OLIVEIRA**

PROCESSO PENAL  
**CONVENCIONAL**  
E FUNDAMENTOS  
DAS OBRIGAÇÕES  
**POSITIVAS**

DO ESTADO EM MATÉRIA PENAL



*Conselho Editorial***Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão***Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil***Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves***Professora da Universidade de Lisboa – Portugal***Doutor Georges Martyn***Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica***Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli***Professora da Universidade de Roma II – Itália***Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara***Professora Titular da USP – Brasil***Doutor Stelio Mangiameli***Professor da Universidade de Teramo – Itália***Doutor José Geraldo de Sousa Junior***Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil***Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César***Doutor em Direito Constitucional pelo PUC/SP – Brasil***Doutor Thomas Law***Doutor em Direito Comercial pelo PUC/SP – Brasil***Doutor Marcelo Figueiredo***Professor da PUC/SP – Brasil***Doutor João Grandino Rodas***Professor Titular da USP – Brasil**Editor Chefe***Plácido Arraes***Editor***Tales Leon de Marco***Produtora Editorial***Bárbara Rodrigues***Capa, projeto gráfico***Leticia Robini***(Imagem de capa por Alinenok, via Unsplash (modificada))**Diagramação***Bárbara Rodrigues**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora

Copyright © 2022, Kledson Dionysio de Oliveira

**Belo Horizonte**

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 32612801

**São Paulo**

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

1228457

Catalogação na Publicação (CIP)

048 Oliveira, Kledson Dionysio de  
 Processo penal convencional e fundamentos das obrigações positivas do  
 estado em matéria penal / Kledson Dionysio de Oliveira. - 1. ed. - Belo Horizonte,  
 São Paulo : D'Plácido, 2022.  
 416 p.

ISBN 978-65-5589-508-7

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. 3. Processo penal I. Título.

COD: 341.43

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



Rodapé



---

## Sumário

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> .....	15
<i>Prefácio</i> .....	19
<i>Introdução</i> .....	25
<b>1. <i>Projeções Constitucionais sobre o Dever de Proteção do Estado à Luz da Dignidade Humana das Vítimas da Criminalidade e da Dimensão Objetiva dos Direitos Fundamentais</i></b> .....	<b>31</b>
1.1. <b>D</b> ignidade humana e direitos fundamentais.....	36
1.2. Perspectiva objetiva dos direitos fundamentais e sua realização por meio da atuação positiva do Estado.....	44
1.3. <b>R</b> estrições e eficácia dos direitos fundamentais.....	52
1.3.1. Teoria interna e teoria externa das restrições.....	54
1.3.2. Proporcionalidade e dever estatal de proteção: proibição de proteção insuficiente.....	60
1.4. Abertura material da Constituição Federal para os direitos fundamentais.....	66
1.4.1. Bases constitucionais do princípio fundamental da efetividade do processo penal.....	71
1.4.2. Dever constitucional de assistência às vítimas da criminalidade violenta e seus familiares.....	83

1.5. Crime como elemento de violação de direitos humanos e fundamentais.....	90
1.5.1. Mandados constitucionais de criminalização.....	97
1.5.2. Direito fundamental à tutela penal.....	103
1.6. Dignidade humana como pressuposto para o reconhecimento e a efetividade da proteção dos direitos fundamentais das vítimas da criminalidade.....	105
1.6.1. Proteção constitucional da dignidade das vítimas de crimes como promessa de paradigma de proporcionalidade na jurisprudência do STF.....	110
1.6.2. Cumprimento imediato da pena nas condenações pelo Tribunal do Júri: a dignidade das vítimas e o princípio da efetividade como paradigmas de proporcionalidade aplicados na jurisprudência e na atividade legislativa.....	130

<b>2. <i>Projeções Convencionais sobre as Obrigações Positivas do Estado em Matéria Penal à Luz do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos</i>.....</b>	<b>141</b>
2.1. Relação entre direito interno e tratados internacionais sobre direitos humanos.....	145
2.1.1. Estatura material constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos.....	150
2.1.2. O STF e a interpretação da Constituição Federal em face da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	155
2.2. Convenção Americana de Direitos Humanos compreendida como Constituição supranacional pela Corte IDH.....	159
2.3. Obrigações positivas em matéria penal na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	163
2.4. Dever de criminalização como imperativo convencional.....	174
2.5. Dever de investigar e de punir na jurisprudência da Corte IDH.....	182
2.6. Efeitos das obrigações positivas na eliminação de causas internas de sobrestamento ou impedimento da efetividade da proteção criminal dos direitos humanos e fundamentais.....	206
2.7. Vítimas e seus familiares como sujeitos de direitos que devem ser ponderados pelos sistemas de justiça criminal.....	221

2.8. O valor vinculante dos precedentes convencionais da Corte IDH em face do sistema de justiça criminal brasileiro.....	228
---	-----

<b>3. <i>Iluminação do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro como Instrumento de Proteção Efetiva da Dignidade das Vítimas da Criminalidade e dos Direitos Humanos e Fundamentais</i></b> .....	<b>239</b>
3.1. Eficácia tridimensional de proteção dos direitos humanos e fundamentais.....	243
3.2. Devido processo legal no cumprimento das obrigações de proteção e de garantia.....	253
3.3. Adequação e eficiência dos procedimentos de investigação como pressupostos de realização de justiça.....	262
3.3.1. Completude investigativa ou prova exclusivamente testemunhal: in dubio pro reo.....	271
3.3.2. Erro judiciário (negativo) que condena as vítimas e a sociedade.....	274
3.3.3. Seletividade monocular da validade da prova: prova ilícita, audiência de custódia, juiz das garantias e cadeia de custódia.....	275
3.4. Duração razoável do processo: direito da sociedade e das vítimas da criminalidade.....	298
3.4.1. Conteúdo do princípio fundamental da duração razoável do processo.....	300
3.4.2. Direito convencional à razoável duração do processo e sua incorporação à ordem jurídica brasileira.....	303
3.4.3. Critérios para a aferição da excessiva duração do processo.....	307
3.4.4. Efeito da aplicação do princípio da duração razoável do processo como ferramenta do garantismo hiperbólico monocular.....	315
3.4.5. Princípio da razoável duração do processo penal aplicado em sua plena eficácia: direito humano e fundamental da sociedade e das vítimas da criminalidade.....	319
3.5. Direito constitucional e convencional das vítimas e da sociedade à efetividade do processo penal.....	334

3.6. Informação e efetiva participação das vítimas no processo penal.....	340
3.7. Contra a impunidade civil dos ilícitos penais: reparação de danos como meio de concretização de direitos fundamentais das vítimas de crimes e de resgate de sua dignidade humana.....	347
3.7.1. Falsa disposição das vítimas quanto ao direito de reparação dos danos decorrentes de condutas criminosas.....	352
3.7.2. Reconhecimento das vítimas de ações criminosas e seus familiares como grupo vulnerável.....	355
3.7.3. Confluência da ordem jurídica para a responsabilização civil do ilícito penal.....	359
3.7.4. Dever de superação dos óbices criados pelo sistema de justiça à concretização da responsabilidade civil de agentes criminosos.....	364
3.8. Direito das vítimas a atendimento multidisciplinar.....	373
3.9. Inconstitucionalidade e inconveniência de restrições indevidas à independência dos órgãos de investigação e de persecução penal.....	377
<b>Conclusão Geral.....</b>	<b>383</b>
<b>Referências.....</b>	<b>397</b>
<b>Obras do Autor.....</b>	<b>413</b>
Livro publicado em coautoria.....	413
Capítulos de livros.....	413
Artigos.....	414